RESENHA DA SEMANA

(23 a 27 de novembro)

SEMANA COMEÇA COM DEBATE INTENSO DO AJUSTE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O debate sobre a proposta de ajuste fiscal do governo terá continuidade hoje na Câmara dos Deputados, depois de aprovado pelo Senado Federal.

O relator da matéria, deputado Mauro Benevides Filho (União-CE) pretende que os deputados votem sem alteração o projeto oriundo do Senado para que não tenha que retornar à câmara alta.

“Mesmo que algum destaque seja aprovado lá, o que estiver aprovado no Senado será votado na Câmara dos Deputados para evitar qualquer retorno ao Senado Federal e não passar uma situação de instabilidade no mercado, com câmbio, com juros e com as demais variáveis macroeconômicas”, afirmou o deputado.

Embora o projeto reduza a margem das compensações fiscais e preserve benefícios sociais, como o BPC, o Bolsa Família, o abono salarial e o seguro-desemprego, algumas emendas deverão ser apresentadas com o objetivo de recuperar a capacidade de investimento público.

O projeto permite bloqueios adicionais mesmo quando o resultado primário projetado está dentro da margem de tolerância da meta fiscal (entre 0,25% e 0,5% do PIB), o que pode reduzir recursos disponíveis para obras e políticas públicas.

Além disso, altera a regra do arcabouço fiscal (LC 200), reduzindo de 2,5% para 2% o limite de crescimento da despesa em cenários de contingenciamento, algo que o relator considera que possa ser revertido, mas em outra oportunidade. Como grande parte do orçamento é composta por despesas obrigatórias, cortes e bloqueios tendem a recair sobre despesas discricionárias — como infraestrutura, ciência, tecnologia e moradia, razão pela qual alguns parlamentares, principalmente dos partidos que integram a base governista, buscarão alterar o texto aprovado pelos senadores, embora essa possibilidade seja muito remota.

A deputada federal Jandira Feghali (RJ), por exemplo, líder do PCdoB na Câmara, informou que o partido está tentando apresentar a emenda que exclui os investimentos do limite do teto de gastos. Esta é uma proposta que procura garantir que o governo federal possa ter instrumentos para alavancar os investimentos e o desenvolvimento do país.

Enquanto isso, o chamado “mercado”, açulado pela mídia conservadora, continua pressionando por um ajuste ainda mais rigoroso. A especulação com o dólar e a bolsa são os instrumentos de chantagem mais uma vez utilizados pela banca com o apoio da grande imprensa.

DECRETO PRESIDENCIAL AVANÇA NA REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA, MAS LACUNAS TERÃO QUE SER PREENCHIDAS POR ATO DO MTE

O **Decreto nº 13.173/2026**, assinado pelo presidente Lula regulamenta a aplicação da Emenda Constitucional nº 141/2026 (que extingue a escala 6x1), mas transfere ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a definição de regras operacionais para setores específicos.

O que o decreto já define:
Transição: A redução da jornada ocorrerá de forma escalonada e sem corte salarial: o limite cai de 44 para **42 horas semanais em 16 de dezembro de 2026**, chegando a **40 horas semanais em dezembro de 2027**, com garantia de dois dias de repouso semanal remunerado.

Cálculo do salário-hora: Para evitar perdas remuneratórias e ajustar o valor das horas extras, o divisor mensal passa do atual 220 para **210** (na fase de 42h) e para **200** (na fase de 40h), prevalecendo sempre o critério mais vantajoso ao trabalhador.

Turnos e escalas existentes: O texto mantém a jornada de 6 horas diárias para turnos ininterruptos de revezamento e preserva a escala 12x36, exigindo que eventual excesso na média mensal seja compensado ou pago como hora extra via acordo coletivo.

Abrangência: As regras alcançam empregados urbanos, rurais, domésticos e, no que couber, trabalhadores avulsos.

Diante disso, o Ministério do Trabalho e Emprego complementará a regulamentação buscando suprir as seguintes lacunas:

Regimes especiais de trabalho: O decreto não detalha como funcionará a transição para categorias com dinâmicas próprias de operação (como setores contínuos, transporte marítimo ou indústria petroleira), delegando ao ministro Luiz Marinho a edição de portarias específicas.

Distribuição do repouso semanal: Cabe ao MTE disciplinar a aplicação prática das duas folgas semanais, especialmente em atividades econômicas que enfrentam dificuldade operacional para conceder o descanso dentro da mesma semana e precisam organizá-lo em médias mensais.

De acordo com o Palácio do Planalto e o Ministério do Trabalho e Emprego, a edição das portarias complementares para categorias específicas começa nesta semana (a partir de 23 de novembro), visando orientar empresas e sindicatos antes do início da primeira fase da transição em dezembro.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal (STF) aguarda manifestações da Câmara, do Senado, da AGU e da PGR para marcar o julgamento presencial da decisão do ministro Flávio Dino referente à transição da escala 6x1 para a jornada 5x2 e demais aspectos da EC 141/2026.

O relator Flávio Dino encaminhou o mérito das ações diretamente para o plenário físico da Corte após pedido de destaque no julgamento virtual, sem data ainda definida para a conclusão.

ORÇAMENTO DE 2027 TAMBÉM MOVIMENTA O CONGRESSO NACIONAL

Além da votação do pacote fiscal, a distribuição dos recursos públicos deve movimentar as negociações no Congresso. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem uma semana importante para avançar na análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. O calendário prevê a votação do relatório da receita, na quarta-feira (25), e do relatório preliminar, na quinta-feira. Os dois documentos são etapas fundamentais para a construção do Orçamento. O primeiro estabelece as projeções de arrecadação do governo federal, enquanto o segundo de fine parâmetros para a distribuição das despesas, incluindo os limites e as condições para o atendimento das emendas parlamentares.

OS DESAFIOS DO PRESIDENTE NA MONTAGEM DO GOVERNO LULA4

A montagem do quarto governo do presidente Lula virou um quebra-cabeça político que vai além da escolha de nomes para a Esplanada dos Ministérios. Reeleito para mais quatro anos no Palácio do Planalto, o presidente tem na mesa o desafio de atender quadros de confiança e indicações dos partidos aliados, bem como buscar construir uma base sólida que assegure sustentação mínima no Congresso Nacional, cuja composição remanescente da última eleição manteve peso considerável dos partidos de centro, com ampliação da principal bancada oposicionista – o PL.

Entre os aliados, há o entendimento de que o presidente precisará priorizar as equipes econômica e política, responsáveis por conduzir as principais negociações do próximo governo e garantir a concretização dos compromissos com mudanças assumidas por Lula na campanha, notadamente no 2º turno. A decisão sobre o comando da economia será um bom termômetro para avaliar a possibilidade de uma inflexão no sentido de uma política desenvolvimentista, para a qual será fundamental resolver o imbróglio gerado pelas mais altas taxas de juros do mundo.

(elaborado consultoria sindical da CNTI em 23/11/2026)